

Metade dos presos que trabalham não é remunerada

Dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais apontam que 49,6% dos detentos com registro de trabalho para redução de pena não recebem pagamento previsto na Lei de Execuções Penais. Ex-presidiários vão à Justiça e ganham direito a reparação

ANA FLÁVIA PILAR
ana.flavia.pilar@globo.com.br

PREÇOS QUE TRABALHAM E QUE TÊM INFORMAÇÃO DE SALÁRIO DISPONÍVEL

Dez estados não remuneram mais de 80% dos presos em atividade laboral

*Os dados do Acre não aparecem na lista porque há uma inconsistência entre o número de presos que trabalham e o de detentos com informações salariais disponíveis.

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen)

Estados	Presos que trabalham	Presos com informação de salário disponível	Total sem salário	PERCENTUAL SEM SALÁRIO
Rio de Janeiro	2.030	593	588	99,16
Ceará	9.781	9.665	9.232	95,52
Rio Grande do Norte	434	225	208	92,44
Tocantins	1.492	1.166	1.073	92,12
Distrito Federal	3.125	1.915	1.749	91,33
Piauí	1.256	1.211	1.082	89,35
Sergipe	3.458	2.831	2.506	89,11
Roraima	5.244	2.899	2.524	87,06
Rio Grande do Sul	407	90	74	82,22
Alagoas	10.658	7.865	6.451	82,02
Goias	783	783	607	77,52
Gráias	4.093	3.321	2.501	75,31
Maranhão	7.476	7.476	5.551	74,25
Minas Gerais	16.941	16.941	12.262	72,38
Amazônia	1.543	1.143	818	71,57
Mato Grosso	2.731	3.129	1.978	63,22
Bahia	2.172	2.164	1.280	59,15
Espírito Santo	5.707	5.528	2.534	45,08
Paraná	11.183	9.010	4.254	47,21
Mato Grosso do Sul	6.794	5.754	2.015	35,09
Amazonas	450	309	94	20,42
Pernambuco	2.964	2.495	362	14,51
Parabá	1.577	998	139	13,93
São Paulo	38.609	38.163	4.722	12,38
Santa Catarina	8.360	7.576	840	11,09
Pará	3.240	646	0	0,00
Brasil*	154.531*	135.344*	67.183*	49,64*

CONTINUA NA PÁGINA 18

Entre 2016 e 2017, A. trabalhou como auxiliar de serviços gerais e de cozinha no presídio Evaristo de Moraes, no Rio, e na Colônia Agrícola Marco Aurélio Vargas Tavares de Mattos, em Magé (RJ). Na maior parte das semanas, sua jornada de trabalho ia de segunda a sábado, entre 9h e 17h, mas só foi remunerado por parte do tempo trabalhado. A. era um dos detentos em atividade laboral por meio de um programa da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio (Seap-RJ).

A ficha disciplinar e as planilhas de frequência controlada por servidores da penitenciária mostram que ele desempenhou suas funções regularmente. Em 2020, A. (a reportagem usou iniciais fictícias para não identificar os ex-presidiários) entrou com uma ação na Vara de Execuções Penais pedindo indenização pelo trabalho não remunerado. Em 2022, o governo do Rio foi condenado a pagar pouco mais de R\$ 10 mil a ele.

O direito à remuneração pelo trabalho é estendido às pessoas privadas de liberdade. A Lei de Execuções Penais (LEP) prevê pagamento mínimo de três quartos do salário mínimo em jornadas de 6 a 8 horas diárias. Além disso, um dia da pena é deduzido a cada três trabalhados, que devem ser remunerados. No 1º semestre de 2023, havia 154 mil presos em regime fechado trabalhando, cerca de um quarto do total de 644 mil presidiários no país. Mas praticamente a metade (49,6%) dos 135,3 mil que têm dados salariais coletados não é remunerada, em desacordo aos direitos previstos em lei para trabalhadores encarcerados. Os dados constam em relatório da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen) obtido pelo GLOBO.

Algumas prisões oferecem a internos trabalho na manutenção de espaços internos, incluindo serviços de limpeza e alimentação. Outras têm parcerias com empresas, que treinam e contratam internos. Os dados indicam que, sobretudo no primeiro caso, muitos não têm salário. Isso tem motivado ações judiciais no Rio de Janeiro, estado com maior percentual (99%) de detentos nessa situação. É a Justiça tem reconhecido o direito de ex-presidiários de determinar ressarcimento, mostram processos encontrados pelo GLOBO.

Em junho de 2023, a Segunda Turma Recursal Federal do Rio manteve a decisão de primeira instância que condenou o governo fluminense a pagar pouco mais de R\$ 17 mil a B., que trabalhou por 25 meses como auxiliar de serviços

gerais em um centro de detenção no estado sem remuneração. Em outra ação, movida em conjunto, C. e D. ganharam, em setembro, R\$ 13 mil e R\$ 15 mil, respectivamente, pelo trabalho enquanto encarcerados em uma unidade prisional da Polícia Militar, entre 2018 e 2022. O estado recorreu. Uma decisão em segundo grau apontou incompetência do juízo especializado, alegando que o caso deve ser do juízo de execução penal.

DADOS SÃO INCOMPLETOS

O trabalho sem remuneração no Brasil é ilegal, mas atividade de labor das pessoas privadas de liberdade não é regulamentada pela CLT e sim pela LEP. Por isso, não há respaldo da Justiça do Trabalho. A aplicação da lei é das varas de execuções penais estaduais, mas presos têm buscado reparação também em varas cíveis.

Não há levantamentos precisos sobre o número de ações judiciais de egressos do sistema prisional em busca de salários não pagos, mas o problema não é exclusivo do Rio. Os dados da Senapen apontam que mais de 80% da parcela empregada atrás das grades

não são remunerados no Distrito Federal e em outros nove estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Tocantins, Piauí, Sergipe, Roraima, Roraima e Rio Grande do Sul. Isso considerando apenas presos que trabalham com informação sobre remuneração. Faltam dados de 13% dos detentos que trabalham no país.

No Rio, só 1% dos presidiários que trabalham (e com dados disponíveis) recebe algo, mas não necessariamente os três quartos do piso determinados pela lei. Murilo Bustamante, titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos do Ministério Público do Rio (MPRJ), diz que normalmente presos em regime fechado trabalham só duas vezes na semana e com uma jornada menor que o mínimo previsto na LEP, de seis horas diárias. A máxima é de oito.

O promotor acredita que isso se justifica pelo argumento para pagar aos presidiários menos que o mínimo estipulado na LEP. — Quem trabalha e recebe algo que tem saída, que está no regime semiaberto ou domiciliar. Quem trabalha no regime interno, fazendo a

manutenção das unidades, não está recebendo nada. Bustamante vê, no Rio, um conflito no governo. A gestão financeira diz não ter recursos para pagar presos e pede redução de programas de trabalhos. Mas, com a falta de servidores nas penitenciárias, a Seap-RJ não pode ficar sem a mão de obra dos presos. Em nota, a secretaria informou que, atualmente, tem 1.590 vagas para atividades laborais em unidades prisionais, "das quais 1.225 preenchidas por pessoas privadas de liberdade, mediante assinatura de acordo, que passaram a usufruir do benefício de remição de pena". Não explicou a falta de remuneração.

"TRABALHO VOLUNTÁRIO"

O pagamento de detentos no sistema prisional fluminense foi suspenso em 2018, quando a Vara de Execuções Penais autorizou o "trabalho voluntário" de presos. A medida excepcional autoriza, gerando agora ações na Justiça. A redução de pena é contabilizada, mas sem remuneração.

— Qual é a "voluntariedade" de um preso em dizer que vai trabalhar sem receber? Se você oferecer até um dia a me-

nos de pena em troca de três socos, o cara vai aceitar. Quer sair da prisão de qualquer jeito — diz Bustamante.

Há uma situação similar no Rio Grande do Sul. Dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal da Defensoria Pública gaúcha, Cintia Luzzatto conta que detentos que participam de "ligas de trabalho" nas prisões não são remunerados. Mas são responsáveis por limpeza, reparos, pintura e até alimentação, cozinhando para guardas e outros presos.

— Há cinco anos, eles recebiam. Atualmente, não. Essas pessoas desempenham um trabalho que deveria ser do Estado. A remuneração de três quartos (do salário mínimo) já foi mantida por tribunais superiores e já entramos com ações judiciais para buscar esse pagamento — diz Cintia.

Em decreto de 3 de agosto de 2017, a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul declarou extintos os pagamentos aos apenados que exercem atividades em penitenciárias. Atualmente, 82% dos presidiários gaúchos que trabalham não são remunerados. Uma lei estadual de 2022 determinou a volta

dos pagamentos, mas ainda carece de regulamentação.

A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul (SSPS/RS) informou que somente alguns presos são remunerados pelo trabalho. Outros podem se voluntariar para trabalhar internamente na unidade prisional apenas para reduzir a pena. "É importante ressaltar que, mesmo quando remunerados, a finalidade principal do trabalho prisional é a remição da pena", diz a nota da secretaria.

Para o criminalista Felipe Viçes Novais, do Viçes Moura e Rei Advogados, não é legal privar presos de pagamento pelo trabalho, concedendo apenas redução de pena, já que a lei prevê as duas coisas.

— Se for considerado trabalho, para fins de remição, vale a LEP, que é nacional.

Para o advogado, a remuneração mínima de três quartos do piso nacional deveria valer para quem trabalha seis horas, e as que vão ao limite de oito horas deveriam receber mais.

Secretário nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani, diz que é preciso distinguir quando há trabalho: há Rei Advogados, não é legal privar presos de pagamento pelo trabalho, concedendo apenas redução de pena, já que a lei prevê as duas coisas.

— Se for considerado trabalho, para fins de remição, vale a LEP, que é nacional.

REABILITAÇÃO

No Brasil, famílias de presidiários têm direito ao auxílio-recluso de um salário mínimo se for comprovada renda mensal abaixo de R\$ 1,754 nos 12 meses até a prisão e o detento tiver contribuído para a Previdência nos 24 meses anteriores. O benefício exclui detentos que recebem remuneração de empresa, aposentadoria ou pensão, mas os que trabalham via LEP não perdem o direito à bolsa para a família porque não há vínculo coletivo. Mas a concessão é limitada: apenas 23 mil recebem, menos de 4% dos presos em regime fechado.

Bustamante, do MPRJ, lembra que as unidades prisionais devem ressocializar presos e diz que o trabalho tem um papel fundamental nisso, o que, na visão dele, favorece toda a sociedade. Destaca que a remuneração permite aos internos que trabalham viver com dignidade, sem precisar recorrer a grupos criminosos para comprar comida ou produtos de higiene, por exemplo. Para ele, é uma forma de reabilitação no mercado de trabalho.

— Deixar alguém preso durante seis anos sem nenhuma atividade produtiva é fazer com que saia incapacitado, tendo de buscar outros meios de sobrevivência, muitas vezes voltando à criminalidade. Em que condição a sociedade quer que essas pessoas saiam?

ENTREVISTA

Rafael Velasco Brandani, SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PENAS

RESSOCIALIZAÇÃO PASSA Pelo DEVER DE TRABALHAR

O secretário nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani, afirma que a lei é clara ao determinar que, se o detento está empregado em atividade prisional, ele precisa ser remunerado.

Como o trabalho influencia no processo de ressocialização?

O preso condenado não tem o direito de trabalhar, ele tem o dever. O legislador entendeu que o processo de ressocialização passa pela disciplina do trabalho. A maior parte dos crimes que levam ao ingresso no sistema prisional são os chamados crimes por crédito, ou seja, o furto, o

roubo e o pequeno tráfico. São pessoas que saem do sistema prisional e que acabam cometendo algum crime por não conseguirem emprego.

Como garantir o trabalho prisional?

Estamos inaugurando do edifício de construção civil, seralheria e tecelagem de malharia. A nossa proposta é alfabetizar as pessoas, iniciar o processo de elevação de escolaridade e então profissionalizar para dar empregabilidade. Estamos firmando parceria com o Ministério das Cidades

para estruturar 270 fábricas de peças de concreto pré-moldadas em unidades prisionais. Ou seja, o benefício também vai para as comunidades, com o calçamento de ruas, por exemplo. Estamos em parceria com o Fundo Nacional de Educação para criar fábricas de carteiras e cadeiras escolares. A gente também vai fabricar, em parceria com o Ministério da Saúde, quatro milhões de absorventes íntimos por mês, comprados pelo SUS e distribuídos para pessoas dos cadastros sociais. (Ana Flávia Pilar)

Empresas que contratam internos pretendem oferecer 'novo começo'

Nas poucas penitenciárias em que o setor privado tem atividades que empregam presos, as empresas dizem pagar a remuneração mínima determinada na LEP ou mais. Reconhecem os desafios inerentes ao trabalho intramuros, como a baixa produtividade decorrente da dinâmica interna das penitenciárias. Ao mes-

mo tempo, argumentam que o impacto social é mais importante nesse tipo de iniciativa, viabilizando a ressocialização fora da prisão.

A empresa de bebidas Diageo lançou o projeto Tecendo o Futuro no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (Femur), no Ceará, em 2019. Internas aprendem a confec-

cionar as embalagens de cachaca típica Empalhada, em palha de cana, assim como bolsas, carteiras e cestos. Entre as mais de 200 mulheres que participaram do programa e saíram do cárcere, nenhuma retornou ao sistema prisional, diz Adailma Mendes, coordenadora de Relações Corporativas da Diageo Brasil.

— São 60 internas assistidas atualmente, o dobro de quando começamos. Queremos fortalecer a autoestima e capacitar essas mulheres para o mercado de trabalho, permitindo um novo começo.

O Tecendo o Futuro é gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania (Idesc), em cooperação com a

empresa. A Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará entra com o compromisso de assegurar o cumprimento da jornada de trabalho.

A fabricante de cunetas Chico Rei emprega 16 pessoas na penitenciária Professor Ari-ovaldo Campos Pires, em Minas Gerais, desde 2020, em parceria com a Secretaria de

Justiça e Segurança Pública do estado. CEO do Chico Rei, Bruno Imbrizi diz que o objetivo é ensinar, empregar e também contratar essas pessoas depois, em liberdade. Segundo ele, cinco homens seguem trabalhando para a marca depois que deixaram o presídio. Eledio, que o preso em uma forma de empresa promover impacto social, ainda que o custo final das peças seja 20% mais alto com menor produtividade na prisão. (AFP)